

O COMÉRCIO DE MANUFATURADOS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: POR QUE SE PREOCUPAR COM A TRAJETÓRIA BRASILEIRA?

Cláudia Maria Sonaglio¹

RESUMO

Diante da crescente importância que o Brasil vem ganhando no cenário internacional e das prerrogativas de tornar o país a quinta economia mundial em um horizonte 'breve' de tempo, esse artigo buscou analisar o comportamento do setor industrial e do comércio externo. Seguindo a perspectiva Kaldoriana de desenvolvimento, o setor industrial é considerado o 'motor' do crescimento econômico, o que torna relevante a discussão sobre a trajetória desse segmento. Entre os principais resultados deste estudo, destaca-se que o setor industrial vem perdendo representatividade no produto interno e no emprego total da economia, o que caracteriza um processo de desindustrialização. Porém, o processo instaurado não parece ser fruto da maturidade econômica, cenário em que a indústria perde espaço naturalmente para o setor de serviços, mas sim fruto, de um contexto de sobreapreciação cambial e de 'reprimarização' da pauta de exportações.

Palavras-chave: Leis de Kaldor, desenvolvimento econômico, desindustrialização;

1 INTRODUÇÃO

Na teoria econômica é vasta a discussão sobre a importância do setor industrial no processo de crescimento/desenvolvimento econômico. Em especial nos modelos de inspiração Kaldoriana, as economias de escala se propagam através dos efeitos de transbordamento e provocam a melhora na alocação dos fatores e na produtividade da economia. Seguindo essa corrente teórica, os modelos de crescimento com restrição externa, discutem a importância das exportações com

maior nível de elasticidade renda, a fim de garantir um volume de reservas suficientes para que o país registre crescimento com equilíbrio de Balanço de Pagamento. Novamente, o setor industrial ganha relevância no dinamismo econômico do país.

Nesta linha de pensamento, o estudo buscou analisar o comportamento do setor industrial e do comércio externo, a fim de evidenciar a trajetória desse importante segmento em um período em que o Brasil ganha relevância no contexto internacional. A análise dos dados foi feita por estatística descritiva e através do cálculo da Taxa Geométrica de Crescimento.

O trabalho além desta introdução apresenta na seção 2 a discussão do papel da indústria no desenvolvimento econômico, na perspectiva kaldoriana, e as relações entre câmbio, comércio externo e a especialização produtiva. A seguir apresenta-se a metodologia de análise empregada e, na seção 4, aborda-se um panorama do setor industrial e do comércio externo brasileiro. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da indústria no desenvolvimento econômico

As contribuições de Kaldor (1967) destacam o papel do setor de manufaturas no crescimento das economias. Tendo como base os trabalhos de Young² (1928 *apud* Dasgupta e Singh, 2006) que destacavam os efeitos de transbordamento do setor industrial sobre a economia, os chamados efeitos de escala, Kaldor estende o conceito para analisar as economias dinâmicas de escala, a partir do conceito de *learning by doing*, proposto por Arrow (1962)³. E, de acordo com ele, os efeitos de aprendizagem são mais constantes no setor industrial do que na agricultura.

O modelo kaldoriano considera os enfoques de oferta e demanda bem como as distinções entre os setores (agricultura, indústria e serviços). Em relação às questões de demanda, pressupõe-se que a elasticidade renda da demanda dos bens manufaturados é maior do que os bens da agricultura e similar aos serviços, e

pelo lado da oferta, os manufaturados se destacam pelo elevado crescimento da produtividade, em virtude da padronização e dos ganhos de escala. Diante destas tendências estilizadas, Kaldor propôs algumas generalizações a cerca do relacionamento entre o crescimento do produto, emprego e produtividades nos diferentes setores da economia, o que se consolidou na literatura econômica como as “Leis de Kaldor”.

Para Kaldor (1967) o crescimento da taxa de produtividade da economia depende da expansão do setor de manufaturas, o qual não somente provoca o aumento da produtividade no setor em questão, mas provoca o aumento da produtividade em toda a economia.

Segundo Thirlwall (1983), a primeira Lei de Kaldor expressa que “há uma forte relação entre as taxas de crescimento do produto na indústria de transformação e do produto bruto”. Essa relação é explicada pela existência de economias de escala, que provocam o aumento da produtividade em resposta ao crescimento da produção total. Esta lei, de acordo com Lamonica e Feijó (2007) identifica a indústria como o “motor do crescimento” em virtude dos efeitos de transbordamento tecnológico e, assim, as interrelações com os demais setores induzem a um aumento na produtividade na economia.

A evidência empírica desta relação derivou o surgimento de uma segunda lei, de acordo com Thirlwall (1983), esta indica a existência de uma relação forte e positiva entre a taxa de crescimento da produtividade da indústria de transformação e o crescimento de produtividade da economia. Esse argumento já havia sido apresentado por Verdoorn (1949), sendo difundida na literatura econômica como a Lei Kaldor-Verdoorn.

De acordo com Dasgupta e Singh (2006), Kaldor assume uma causalidade entre a taxa de crescimento da produtividade da indústria de transformação e a taxa de crescimento da produção, em que, um aumento na produção, induzido pelo aumento da demanda, provoca aumento na produtividade em setores nos quais se verifica ganhos de escala.

Ainda, uma terceira lei é derivada das ideias de Kaldor esta, em síntese, afirma que o maior o crescimento da produção da indústria de transformação provocará maior transferência de trabalhadores dos outros setores para este, o que implica

numa relação positiva ente a produtividade total, com crescimento da produção e do emprego na indústria de transformação e uma relação inversa entre o crescimento do emprego nos demais setores. Isto é, haverá uma melhor alocação de fatores o que melhorará a produtividade marginal.

Essas generalizações fortalecem o argumento de que o crescimento do setor manufatureiro implica na elevação da produtividade da economia. Lamônica e Feijó (2007) apresentam ainda uma quarta lei de Kaldor que expressa uma relação direta entre a taxa de crescimento das exportações e o crescimento do produto. Para os autores, Kaldor atribui às exportações o importante papel de responsável pelo crescimento equilibrado e sustentável da economia, e, deste modo, a quarta lei expressa o modelo “*export-led growth*”, colocando em destaque o crescimento com restrição ao Balanço de Pagamentos.

Carvalho et al. (2008) discutem a abordagem de crescimento com restrição de Balanço de Pagamentos de Thirlwall (1979), que a partir modelo “*export-led growth*” de Kaldor desenvolve uma relação, expressa pela razão entre a taxa de crescimento das exportações e a elasticidade renda da demanda por importações, que indica a taxa de crescimento com equilíbrio externo que um país pode atingir. O modelo Thirlwall, diferentemente da abordagem dos modelos de crescimento com restrição de oferta, destaca que os aspectos de restrição de demanda agregada são mais significativos, em especial, no caso das economias abertas, a restrição quanto à disponibilidade de divisas se apresenta como importante fator restritivo da demanda agregada, e, por consequência, do crescimento econômico.

Diante da relevância das manufaturas para o crescimento o tema de desindustrialização ganha relevância, como aponta Dasgupta e Singh (2006) à desindustrialização se torna um problema quando uma economia, que registra baixo nível de renda per capita, exibe perda da participação da indústria no emprego e no produto. Em estudo para a América Latina os resultados observados pelos autores indicam que o crescimento do produto bruto excede o do setor de manufaturas em um grande número de países e somente o México registra situação contrária no período 1993-2003. No caso do Brasil, o crescimento do setor de manufaturas é superior ao produto bruto somente no período de 1970-80. Dasgupta e Singh destacam ainda, que o nível de renda per capita no qual o setor de manufaturas

começa a perder espaço para o setor de serviços tem diminuído ao longo do tempo, o que corrobora o estudo de Palma (2005) sobre o adiantamento do ponto de inflexão para níveis de renda inferior ao registrado pelos países desenvolvidos (cerca de US\$ 10 a 12 mil dólares). E, discutem ainda, que a desindustrialização que se instaura nos países latinos é característica de um processo patológico provocado em partes pela adoção de políticas defendidas pelo *mainstream* que implicavam na especialização da produção e, por consequência, se reflete na trajetória de crescimento de longo prazo.

2.2 Câmbio, comércio externo e a especialização produtiva

A estrutura produtiva de um país determina o seu dinamismo econômico e, dessa forma, condiciona o crescimento de longo prazo. A relação entre a estrutura produtiva e o crescimento econômico pode ser expressa considerando a abordagem de crescimento com restrição de Balanço de Pagamentos (Thirwall, 1979), segundo a qual – dado o estado da arte da competitividade externa de um país – os desembolsos com as importações não podem ser, no longo prazo, superiores às divisas geradas por estas. Nesse sentido, o setor exportador ganha relevância na análise do crescimento e, por esse motivo, a especialização na produção de bens de menor intensidade tecnológica seria prejudicial ao desenvolvimento das economias.

O dinamismo do setor exportador reflete os setores mais competitivos nas economias e, como destaca Cruz et al. (2007), a alteração na composição das exportações será refletida na dinâmica econômica. Nesse sentido, o setor industrial é defendido como um importante agente de difusão tecnológica, e responsável por gerar economias externas e efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia. Alterações na pauta de exportações – no sentido de minimizar a participação desse setor – trarão efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento.

Um dos principais fatores registrados nos países em desenvolvimento, segundo Bresser-Pereira (2007) é a sobreapreciação da taxa de câmbio provocada por um conjunto de fatores, tais como: a dependência financeira, isto é, alta rentabilidade dos investimentos nos países em desenvolvimento, dado os

diferenciais entre o juro doméstico e internacional, que incentiva o fluxo de capital externo e, por consequência afeta o câmbio, o uso da taxa de câmbio como âncora para controle da inflação, o crescimento com poupança externa defendido pelos países desenvolvidos, o que implica em déficits de Balanço de Pagamentos.

De acordo com Davidson (2002) apud Araújo (2009), as oscilações da taxa de câmbio alteram a posição de competitividade do País frente à indústria externa, pois os empresários não conseguem avaliar a lucratividade potencial dos investimentos. Assim, o ambiente de especulação em relação à taxa de câmbio provoca efeitos negativos sobre o comércio e os investimentos das economias abertas. De fato, uma redução da taxa de câmbio afeta as empresas nacionais em duas vias. Uma pela redução das exportações e outra pela entrada dos bens importados, que ficam mais baratos. Desse modo, as flutuações de câmbio afetam o resultado do setor externo, devido às mudanças nos preços relativos dos bens domésticos em relação aos estrangeiros, e influenciam a estrutura produtiva da economia.

Os impactos da apreciação cambial sobre a estrutura produtiva da economia residem na especialização em atividades de baixo valor agregado e com baixa elasticidade-renda das exportações. Em economias com estruturas produtivas diversificadas, a maior participação da indústria no PIB implica em uma elasticidade-renda das exportações elevadas e uma elasticidade-renda das importações mais baixas, obtendo, assim, uma taxa de crescimento compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos mais elevada.

Para o Brasil, de acordo com o estudo de Carvalho e Lima (2009) a economia nacional, desde 1994, registrou crescimento na elasticidade-renda das importações, afetando a contribuição do lado comercial, isto é, a razão entre as elasticidades-renda das exportações e das importações no crescimento compatível com o equilíbrio externo. Os autores indicam que o lado comercial contribuiu para o crescimento equilibrado em 1,3% no período 1994/2004, contra aproximadamente 7% no período 1931-1993, o que indica uma perda no dinamismo do crescimento brasileiro.

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto neste estudo, de analisar o comportamento do setor industrial e do comércio externo do Brasil, foram utilizadas as informações sobre o produto interno bruto (PIB) e sobre o produto da indústria de transformação, *proxy* para o estudo da contribuição do setor industrial na produção. Essas séries, calculadas a preços constantes do ano de 2000, foram obtidas no sitio Ipeadata. E, dado a limitação no período de divulgação desses dados, o estudo contemplará o período de 1995 a 2008.

Os dados sobre o emprego total e o emprego na indústria de transformação foram extraídos da RAIS - Relação Anual das Informações Sociais, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho. Para a avaliação do comércio externo, utilizaram-se as séries de exportação e importação de bens industriais, classificados por intensidade tecnológica, e de bens não industriais, fornecidas pelo SECEX - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A análise dos dados foi feita por estatística descritiva e através do cálculo da Taxa Geométrica de Crescimento das variáveis de acordo com a equação (1):

$$TgC = \left(\frac{T_f}{T_i} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \quad (1)$$

em que: TgC é a taxa geométrica de crescimento, T_f é o valor da variável no tempo final, T_i é o valor no tempo inicial e, n é o número de períodos compreendido na análise.

4 PANORAMA BRASILEIRO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO COMÉRCIO EXTERNO

Os dados de PIB e produto industrial são apresentados na Figura 1, na qual se observa que a produção do país registra trajetória de crescimento ao longo dos anos, conforme apontado pela linha de tendência na figura. A taxa geométrica de crescimento (TGC) do PIB foi de 3,44% no período de 1995-2008. Contudo, o produto da indústria de transformação registrou TGC negativa de 0,11%.

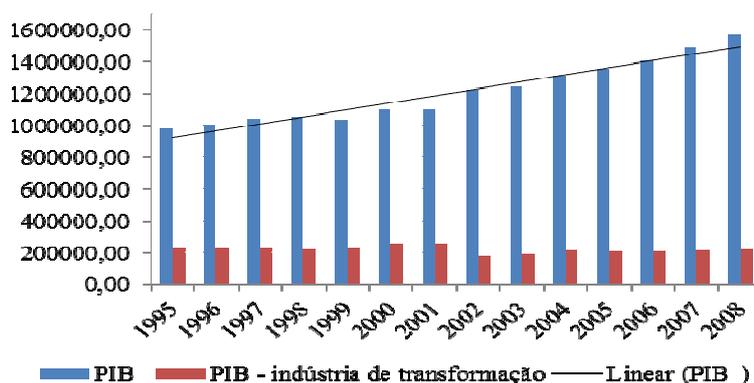


Figura 1 – Produto Interno Bruto e Produto da Indústria de transformação – Brasil

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE

Esses dados, analisados pela perspectiva de Kaldor indicam uma perda de dinamismo econômico no Brasil, o que corrobora os dados de Dasgupta e Singh (2006). Porém, a economia nacional passou por intensas transformações decorrentes da abertura comercial no início da década de 1990 e do processo de estabilização econômica.

Quando se analisa a participação relativa do produto industrial no produto total, como apresentado na Figura 2, nota-se que o setor de transformação já respondeu por aproximadamente 23% do produto da economia, porém, a partir do ano de 2002, sua contribuição fica em torno de 15% da riqueza produzida pelo país⁴. Seria isso uma evidência do processo de “maturidade econômica”, em que a economia passa a ser movida pelo setor de serviços a exemplo dos países desenvolvidos, ou um caso de desindustrialização precoce da economia brasileira?

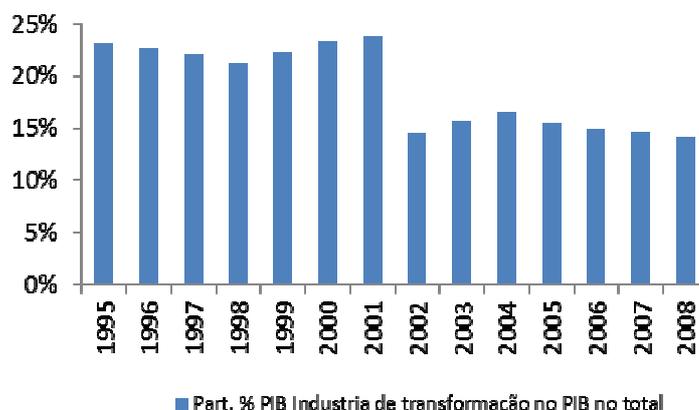


Figura 2 – Participação do Produto Industrial (transformação) no PIB total

Fonte: elaborado a partir dos dados do IBGE

Outros indicadores necessitam ser analisados para responder a essa questão. Ao analisar a contribuição do setor de serviços para o PIB, observa-se que no período a TGC registrada foi de 4,16%, superior ao crescimento industrial que foi negativo no período. Porém, o segmento manteve a participação no produto total em torno de 55%.

A literatura sobre desindustrialização aponta duas formas (clássicas) para identificar a instauração desse processo em uma economia. A primeira analisa a relação entre a queda do produto industrial em relação ao produto total da economia, já evidenciada na figura acima, e o outro indicador é calculado pela perda de participação do emprego do setor de manufaturas em relação ao emprego total. Pois, de acordo com Tregenna (2009) a perda de representatividade do setor de manufaturas deve ser avaliada, simultaneamente, por esses dois indicadores, vistos da perspectiva kaldoriana “a importância da produção de manufaturados para o crescimento opera através de ambos os canais, do emprego e o produto.” (p.439).

Assim, alterações na composição setorial no sentido de uma maior participação de manufaturados menos intensivo em trabalho e adoção de inovações tecnológicas que aumentam a relação capital–produto atuam no sentido de reduzir o emprego, mesmo que o produto industrial não esteja se reduzindo. A caracterização da desindustrialização por estes conceitos favorece a compreensão do processo e as

implicações destas mudanças sobre as taxas de crescimento de longo prazo da economia.

Neste contexto, a Figura 3 apresenta a evolução da participação do emprego industrial no emprego total do país. A trajetória de decrescente caracteriza um processo de desindustrialização, embora a queda até o final da década de 1990 possa representar os esforços de modernização das empresas.

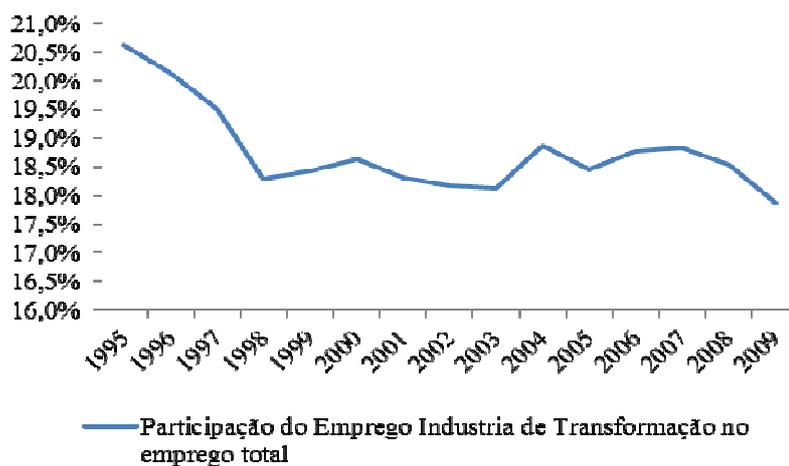


Figura 3 – Participação do Emprego na Indústria de Transformação no Emprego total

Fonte: elaborado a partir dos dados da RAIS

Ainda que o setor industrial possa ter se tornado mais intensivo em capital, no ano de 2004 observa-se uma tendência de crescimento do emprego do setor, o que pode ser reflexo da desvalorização cambial ocorrida no período anterior, que seria um incentivo a produção setorial. Fato corroborado pela variação positiva de 11,9% no produto industrial no biênio 2003/2004, embora o crescimento do PIB tenha sido mais modesto (5,71%) no período.

O estudo de Cruz et al. (2007) sobre a representatividade do emprego industrial na economia e evidencia que a indústria de transformação vem registrando perdas de participação no emprego formal, especialmente nos segmentos mais dinâmicos e de maior intensidade tecnológica, ao mesmo tempo em que o setor intensivo em recursos naturais ganha participação. Ainda, quando se analisa a composição do emprego no setor de serviços observa-se um crescimento dos segmentos de média e baixa tecnologia. Isto indica que as mudanças estruturais

resultam em perda de representatividade dos setores industriais de maior dinamismo, ao passo que os serviços de menor produtividade ganham espaço. Este cenário é um indício de que o país não está em uma trajetória virtuosa de crescimento.

Avaliando o cenário externo, a partir participação das exportações de bens industriais e não industriais, Figura 4, observa-se que os bens não industriais, obtiveram trajetória crescente ao longo do período e representaram 36,4% do total exportado em 2010. Os bens industriais representavam em 2010, 63,6% do total exportado pelo país, 20 pontos percentuais a menos do que em 1996. Esses dados indicam que o Brasil pode estar sofrendo um problema de “reprimarização” das suas exportações, o que poderia culminar na perda de dinamismo do setor externo e na especialização produtiva em bens de baixa intensidade tecnológica ou intensivos em recursos naturais.

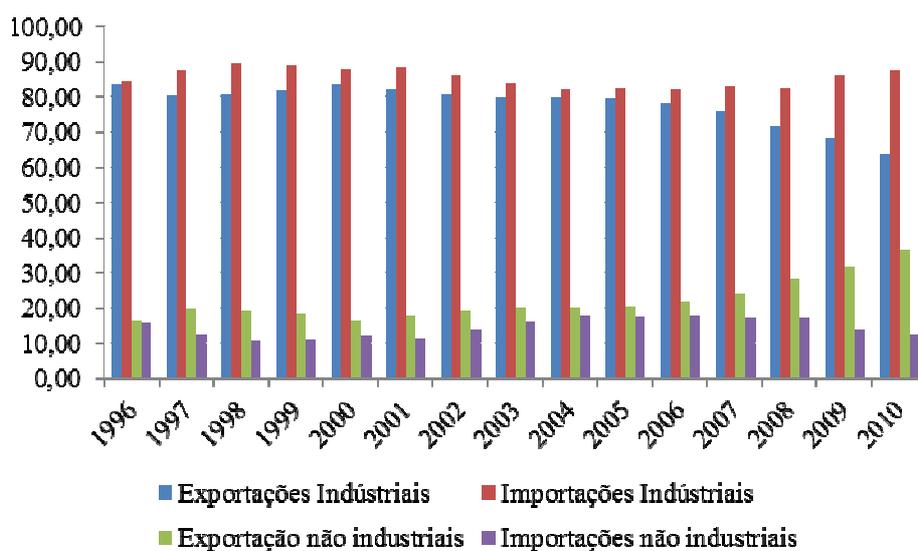


Figura 4 - Participação na pauta de exportações e importações de bens industriais e não industriais

Fonte: elaborada com base nos dados do SECEX/MDIC.

Um contexto de sobreapreciação cambial, a exemplo do que ocorre no Brasil desde 2003, afeta negativamente a estrutura industrial, pois as empresas passam a importar os componentes que antes eram produzidos internamente e, em alguns casos, importam inclusive bens finais, eliminando estágios da cadeia produtiva. Ao

se observar os dados referentes às importações industriais verifica-se que essas representam 88% do total importado pelo país e, quando se analisa as importações dos setores mais intensivos em tecnologia, observa-se uma trajetória crescente mais acentuada, o que contribui para os saldos deficitários na balança comercial e colabora para o processo de “maquilhação”.

Conforme discutido por Oreiro e Feijo (2010) no período 2004/2009 ocorreu uma inversão do saldo da balança comercial industrial agregado. E, quando se analisa os dados desagregados por nível tecnológico (Figura 5) verifica-se que os setores de média-alta e alta intensidade tecnológica além de serem deficitários, registram uma trajetória de crescimento expressivo do déficit comercial no período em consideração. E, em 2010, o setor de média-baixa intensidade inverteu sua posição de saldo tornando-se deficitária. Apenas o setor de bens industriais de baixa intensidade tecnológica se manteve competitivo, com saldos positivos ao longo do tempo.

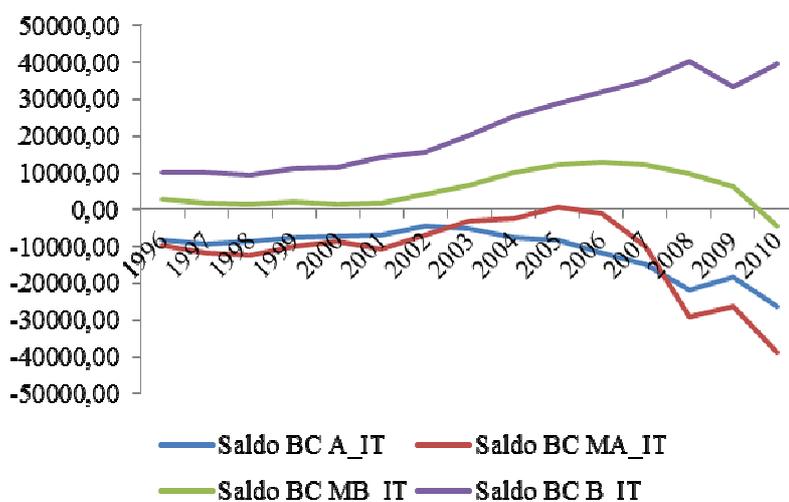


Figura 5 – Saldo de balança comercial dos bens industriais por intensidade tecnológica

Fonte: elaborada com base nos dados do SECEX/MDIC.

Notas: (1) A_IT: refere-se aos bens de alta intensidade tecnológica; MA_IT: refere-se aos bens de média-alta intensidade tecnológica; MB_IT: refere-se aos bens de média-baixa intensidade tecnológica; e, B_IT: refere-se aos bens de baixa intensidade tecnológica.

Porém, discute-se na literatura econômica, que a apreciação da taxa de câmbio poderia servir de incentivo à importação dos bens de capital e ampliar a competitividade da indústria. Embora o contexto de câmbio seja favorável a isso, verifica-se que a relação de formação bruta de capital fixo/PIB registrou queda de aproximadamente 3 pontos percentuais no período pós-real.

5 CONCLUSÕES

O estudo buscou analisar o comportamento do setor industrial e do comércio externo brasileiro. A análise do setor industrial ganha relevância na temática do desenvolvimento econômico, pois o crescimento da produtividade desse segmento provoca o crescimento nos demais setores da economia. E, as economias com estruturas de produção diversificadas mostram níveis de desenvolvimento econômico mais acentuado e maior capacidade de crescimento com equilíbrio externo.

No Brasil o setor industrial vem perdendo representatividade no produto interno e no emprego total da economia, o que caracteriza um processo de desindustrialização. Esse fenômeno pode ser uma trajetória natural de desenvolvimento, pois a partir de determinado nível de renda per capita, o setor de serviços conquista maior espaço na produção do país. Contudo, o processo registrado na economia brasileira ocorre a um nível de renda per capita muito aquém dos registrados nos países desenvolvidos. Isso configura uma situação em que a indústria perde espaço sem que seja possível aproveitar os efeitos de transbordamentos tecnológicos, o que, sem dúvida, afeta o grau de desenvolvimento em longo prazo.

A análise das exportações brasileiras mostra um crescimento das exportações de bens não industriais, que fazem uso dos recursos naturais abundantes do país. Não é objeto aqui julgar certo ou errado esse crescimento, pois nos últimos anos a demanda internacional por commodities e o crescimento dos preços externos permitiram a manutenção de saldos positivos na balança comercial do país. Porém, a análise do panorama do comércio externo, em especial dos bens industriais, é

relevante para que se entendam os efeitos que a sobreapreciação cambial e a perda de competitividade da indústria podem causar em termos de perda de dinamismo econômico do país.

A preocupação com os efeitos de longo prazo respondem a questão proposta no título desse artigo: por que se preocupar com a trajetória brasileira? Ora, embora o país tenha um parque industrial relativamente diversificado, a continuidade do processo de sobreapreciação cambial somado aos elevados custos (de tributação e transação), não permitirá que o país atinja a 'maturidade econômica'. E, essa discussão deve ser feita a tempo de reverter os efeitos perversos na estrutura produtiva nacional, pois não podemos mais taxar de mudança conjuntural o que ocorre de maneira sistemática com a indústria nacional.

ABSTRACT

In face of the importance that Brazil conquest in the intentional context and of the prerogatives to conduce the country to the fifth economy world in a 'short' horizon of time, this paper research the behavior of the industrial production and of the external trade. Following the Kaldorian development perspective, the industrial sector is considered the 'engine' of the economical growth, this turns important the discussion on the path of that segment. Among the principal results of this study to observe that the industrial sector is losing representative in the gross domestic product and in the total employment of the economy, what characterizes a deindustrialization process. However, the established process doesn't seem to be fruit of the economical maturity, scenery in that the industry loses space naturally for the sector of services, but, this process emerge of a context of overvaluationc exchange rate and of 'reprimarizing' of the line of exports.

Keywords: Laws of Kaldor, economical development, desindustrialization;

NOTAS

¹ Doutoranda em Economia Aplicada (UFV). Professora efetiva do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS. Mestre em Administração (UFMS). Graduada em Ciências Econômicas (UFMS).

² Young, A. (1928). 'Increasing Returns and Economic Progress', *The Economic Journal* 38(152): 527-42.

³ Arrow, K.J. (1962). 'The Economic Implications of Learning By Doing', *Review of Economic Studies* 29(3): 155-73.

⁴ Vale ressaltar que houve uma revisão na metodologia de cálculo do PIB, atribuindo ao setor de serviços maior participação na formação do PIB a partir de 2000, o que poderia esclarecer parte da queda registrada pela indústria. Contudo, os dados do estudo de Oreiro e Feijo (2010), corroboram a mesma trajetória de queda utilizando outro conjunto de dados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. Volatilidade cambial e crescimento econômico em economias emergentes. In: *Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira* – Porto Alegre, RS, set/2009. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/39.pdf> - Acesso em: 11 de nov. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil Pós-1994* – São Paulo: Ed. 34, 2007.

CARVALHO, V.R.; LIMA, G.T. Estrutura produtiva, restrição externa e crescimento econômico: a experiência brasileira. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 18, n. 1 (35), p. 31-60, abr. 2009.

CARVALHO, V.R.; LIMA, G.T.; SANTOS, A. T. L. A. A Restrição Externa como Fator Limitante do Crescimento Econômico Brasileiro: Um Teste Empírico. *Economia*, Brasília (DF), v.9, n.2, p.285-307, mai/ago, 2008.

CRUZ, M.J.V.; NAKABASHI, L.; PORCILE, J. G.; SCATOLIN, F. D. Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia Brasileira. *Economia (Revista da Anpec)*, v.8, 2007, p.55-73.

DASGUPTA, S.; SINGH, A. Manufacturing, Services and Premature Deindustrialization in Developing Countries: a Kaldorian Analysis. *Research Paper No. 2006/49*. World Institute for Development Economics Research - United Nations University (UNU), 2006.

KALDOR, N. *Strategic Factors in economic Development*, New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University: Ithaca NY, 1967, 83 p.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: as lições das leis de Kaldor. In: *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, Recife –PE, 2007.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol 30, nº 2 (118), pp 219-232, abril-junho/2010.

PALMA, J. G. Four sources of deindustrialization and a new concept of the Dutch disease. In: Ocampo, J.A. (Ed.). *Beyond Reforms*. Palo Alto (CA): Stanford University Press, 2005.

THIRLWALL, A. P. A plain man's guide to Kaldor's growth laws. *Journal of Post Keynesian Economics*, New York, v. 5, n. 3, 1983.

THIRLWALL, A. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, vol. 128, 1979.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33 (3), 433–466, 2009.

VERDOORN, P.J. 1993. “On the factors determining the growth of labour productivity”, *Italian Economic Papers* 2, Oxford University Press, pp. 59-68. Originally published as “Fattoriche regolano lo sviluppo della producttivita del lavoro”, *L’industria* 1, 1949, pp. 45-53.